

www.pwc.com

Pisani Plásticos S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente*



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Pisani Plásticos S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pisani Plásticos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pisani Plásticos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado nas Notas 1 e 9 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu saldo de impostos a recuperar no montante de R\$ 10.314 referente a ação judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, visto que em novembro de 2018 obteve êxito em segunda instância da referida ação. No entanto, considerando que o trânsito em julgado da referida ação ocorreu em junho de 2019, estes créditos têm natureza de ativo contingente em 31 de dezembro de 2018. Por consequência o reconhecimento de tal crédito, após compensação de prejuízo fiscal, resultou em lucro tributável para fins de apuração de IRPJ e CSLL e, portanto, a Companhia reconheceu impostos a recolher no montante de R\$ 996. Sendo assim, o saldo ativo de impostos a recuperar está apresentado a maior em R\$ 10.314, o saldo passivo de impostos a recolher apresentando a maior em R\$ 996 e, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido apresentados a maior em R\$ 9.318, líquido de efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Pisani Plásticos S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




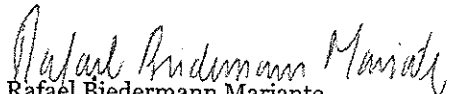
Pisani Plásticos S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de outubro de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

Pisani Plásticos S/A

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em milhares de R\$

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.168	5.943	Fornecedores	17	10.398	10.898
Contas a receber de clientes	6	35.340	39.610	Empréstimos e financiamentos	14	18.637	42.017
Estoques	7	15.693	15.073	Obrigações Trabalhistas		7.771	5.082
Impostos a recuperar	9	15.366	4.847	Impostos a recolher	15	11.374	10.265
Adiantamento a fornecedores	8	2.815	3.308	Comissões a pagar		1.010	1.242
Despesas antecipadas		137	132	Adiantamento de clientes		11.013	4.712
Ativo mantido para venda		1.559	632	Outras contas a pagar		2.018	1.007
Outros créditos		245	334	Total do passivo circulante		<u>62.221</u>	<u>75.223</u>
Total do ativo circulante		<u>74.323</u>	<u>69.879</u>				
Não Circulante				Não Circulante			
Mútuo com partes relacionadas	19	5.372	6.431	Empréstimos e financiamentos	14	73.020	52.973
Depósitos judiciais	11	2.617	2.590	Provisões para contingências	16	1.497	532
Impostos a recuperar	9	239	170	Impostos a Recolher	15	41.883	43.801
Impostos diferidos (IR/CSLL)	10	20.769	22.557	Impostos diferidos (IR/CSLL)	10	31.783	30.536
Propriedade para Investimentos	13	21.699	21.699	Contas a pagar partes relacionadas	19	935	110
Imobilizado	12	134.620	134.636	Total do passivo não circulante		<u>149.118</u>	<u>127.952</u>
Intangível		66	23				
Total do ativo não circulante		<u>185.382</u>	<u>188.106</u>	Patrimônio Líquido			
				Capital social	18	19.200	19.200
				Ações em tesouraria		(4.200)	(2.000)
				Reservas e transações de capital		(24.600)	(24.600)
				Reserva de lucros		3.289	2.938
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		54.677	59.272
						<u>48.366</u>	<u>54.810</u>
Total do Ativo		<u>259.705</u>	<u>257.985</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>259.705</u>	<u>257.985</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pisani Plásticos S/A

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de R\$

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita	22	193.068	168.174
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(155.691)	(137.035)
Lucro Bruto		37.377	31.139
Receitas e Despesas Operacionais			
Com vendas	24	(8.873)	(7.815)
Administrativas e gerais	24	(15.782)	(16.017)
Outras receitas operacionais	23	9.048	3.156
Lucro antes do Resultado Financeiro		21.770	10.463
Receitas financeiras	25	9.551	11.563
Despesas financeiras	25	(24.569)	(31.776)
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS		6.752	(9.750)
Imposto de renda e contrib. social correntes	10	(997)	2.066
Imposto de renda e contrib. social diferidos	10	(5.404)	7.855
Lucro Líquido do Exercício		351	171
Lucro Líquido do Exercício por lote de milhões - R\$	26	0,023	0,011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pisani Plásticos S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em milhares de R\$

	Reservas de Lucros						Total			
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas e transações de capital	Reserva de incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva para resgate de ações preferenciais		Ajuste de Avaliação Patrimonial	(Lucros ou Prejuízos Acumulados)	
Saldo em 31/12/2016	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.413	1.319	(1.073)	59.668	0	55.035
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(599)	-	(599)
Impostos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	203	-	203
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	121	171	-	171
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	9	-	-	-	-	(9)	-
Reserva para resgate de ações preferenciais	-	-	-	-	41	-	-	-	(41)	-
Reserva Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	121	-	(121)	-
Saldo em 31/12/2017	19.200	(2.000)	(24.600)	108	2.422	1.360	(952)	59.272	0	54.810
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(4.595)	-	(4.595)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(2.200)	-	-	-	-	-	-	-	(2.200)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	250	351	-	351
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	17	-	-	-	-	(17)	-
Reserva para resgate de ações preferenciais	-	-	-	-	84	-	-	-	(84)	-
Reserva Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	250	-	(250)	-
Saldo em 31/12/2018	19.200	(4.200)	(24.600)	108	2.439	1.444	(702)	54.677	-	48.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pisani Plásticos S/A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de R\$

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	6.752	(9.750)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	4.356	4.350
Reversão/realização de provisões	847	1.498
Juros e encargos apropriados sobre mútuo a receber	-	(619)
Juros e encargos apropriados sobre empréstimos	6.161	5.578
Variações cambiais sobre empréstimos	2.512	102
Resultado nas operações com derivativos	-	(478)
Resultado na alienação / baixa de ativos imobilizados	34	380
Variação do ajuste a valor presente de contas a receber	(245)	(187)
Variação do ajuste a valor presente de fornecedores	15	8
Variações nos ativos e passivos circulantes		
(Aumento) redução de contas a receber	4.842	(1.536)
(Aumento) redução de estoques	(619)	(1.454)
(Aumento) redução de adiantamento a fornecedores	494	1.561
(Aumento) redução de outros recebíveis	(6.920)	2.512
(Aumento) redução de fornecedores	(485)	(793)
(Aumento) redução de adiantamento de clientes	6.300	(363)
(Aumento) redução de outros passivos	(3.530)	19.578
Caixa gerado nas operações	20.513	20.387
Juros pagos por empréstimos	(7.991)	(9.036)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(997)	-
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	11.525	11.351
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Mútuo concedido à parte relacionada	(5.372)	(2.665)
Aquisição de ativo imobilizado	(4.534)	(2.251)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(9.906)	(4.916)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	10.329	16.005
Pagamentos de empréstimos	(14.723)	(18.804)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento	(4.394)	(2.799)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício	(2.775)	3.636
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.943	2.307
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.168	5.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Objeto social

A Pisani Plásticos S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e tem como objeto social a industrialização, comércio, importação e exportação de produtos plásticos, prestação de serviços de injeção plástica a terceiros, fabricação, aluguel e venda de moldes, fabricação de peças para veículos automotores e participações em outras sociedades comerciais ou civis.

O desempenho operacional do ano de 2018 foi impactado pela retração da economia brasileira. A Companhia vem adotando estratégias de fortalecimento comercial, expandindo em novos segmentos de mercado, visando o aumento do desempenho operacional.

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em processos tributários. Destaca-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que na Companhia perfaz o montante de tributos já recolhidos em aproximadamente R\$ 62.000, incluindo atualização monetária, em 31 de dezembro de 2018. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Em 20 de novembro de 2018 a Companhia obteve êxito em segunda instância da referida ação e optou por apropriar o valor de R\$ 10.314 em 2018. A Companhia obteve o Trânsito em Julgado da referida ação em 04 de junho de 2019 e tem como expectativa, já a partir de agosto de 2019, compensar o referido crédito com os impostos vincendos a partir daquele mês. Considerando o volume médio mensal de tributos federais a serem compensados a Companhia espera que em um prazo de 18 a 24 meses será feito a compensação plena dos créditos.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações, máquinas e outros ativos imobilizados na data de transição, 1º de Janeiro de 2016, para adoção do pronunciamento emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que

requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

a. Declaração de conformidade (com relação às normas CPC PME)

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 7 de outubro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor atendendo os pronunciamentos emitidos pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC PME, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e use premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Realização de impostos diferidos ativos
- **Nota 13** – Propriedades para investimento
- **Nota 16** – Provisão para Contingências
- **Nota 20** – Redução ao valor recuperável de contas a receber

e. Realização de impostos diferidos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 5 anos.

f. Valor justo de propriedades para investimento

O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados).

g. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

h. Redução ao valor recuperável de contas a receber

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável, e de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou sua totalidade.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/ (perdas), líquidos".

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). O saldo apresentado na demonstração do fluxo de caixa está líquido do saldo de contas garantidas. Para fins de apresentação, as contas garantidas estão demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos", no passivo circulante.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

d. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

e. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável “*impairment*” acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Prédios, benfeitorias e instalações	10 - 25 anos
Máquinas e equipamentos	3 - 10 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Veículos	8 - 10 anos

g. Redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e, conseqüentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios.

h. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) **Serviços**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados e por operação, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. As aplicações financeiras são imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida para transações de natureza similar.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras para operações similares. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.